Fundamentos e principais argumentos

Em apoio do seu recurso, a recorrente invoca um fundamento, relativo à violação por parte da Comissão dos direitos processuais da recorrente enquanto parte interessada ao abrigo do artigo 108.º, n.º 2, TFUE, e dos artigos 4.º, n.º 4, 12.º, n.º 1, e 24.º, n.º 1, do Regulamento de processo ⁽¹⁾, ao não ter iniciado o procedimento formal de investigação previsto no artigo 108.º, n.º 2, TFUE, apesar das dificuldades sérias suscitadas na apreciação das questões relativas aos auxílios estatais abordadas na denúncia relativa a práticas administrativas de «declaração de exportação» e, em particular, à isenção da obrigação, para as lojas fronteiriças, de cobrar um depósito e, portanto, de pagar o IVA sobre o depósito, bem como à isenção de coimas em casos de violação da obrigação de cobrar um depósito nos termos do sistema alemão de depósito de bebidas em lata. A Comissão cometeu, por conseguinte, erros de direito e erros manifestos na apreciação dos factos, em primeiro lugar, relativamente à compatibilidade das práticas de «declaração de exportação» com as obrigações da Alemanha por força do artigo 4.º, n.º 3, TFUE, a Diretiva Embalagens ⁽²⁾ e o princípio do poluidor-pagador e com os requisitos da cobrança de depósito nos termos da Portaria alemã relativa às embalagens aplicável. Em segundo lugar, a Comissão cometeu um erro relativamente aos efeitos do auxílio estatal nas receitas do IVA não recebidas pela Alemanha devido às práticas de «declaração de exportação».

⁽¹⁾ Regulamento (UE) 2015/1589 do Conselho, de 13 de julho de 2015, que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, JO 2015, L 248, p. 9.

⁽²⁾ Diretiva (UE) 2018/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens, JO 2018, L 150, p. 141.

Recurso interposto em 28 de janeiro de 2019 — smart things solutions/EUIPO — Samsung Electronics [smart:]things]

(Processo T-48/19)

(2019/C 103/70)

Língua em que o recurso foi interposto: inglês

Partes

Recorrente: smart things solutions GmbH (Seefeld, Alemanha) (representante: R. Dissmann, advogado)

Recorrido: Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO)

Outra parte no processo na Câmara de Recurso: Samsung Electronics GmbH (Schwalbach am Taunus, Alemanha)

Dados relativos à tramitação no EUIPO

Titular da marca controvertida: Recorrente no Tribunal Geral

Marca controvertida: Marca figurativa da União Europeia smart:]things nas cores preto e verde — Marca da União Europeia n.º 10 914 836

Tramitação no EUIPO: Processo de anulação

Decisão impugnada: Decisão da Quarta Câmara de Recurso do EUIPO de 20 de novembro de 2018 no processo R 835/2018-4

Pedidos

A recorrente conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne:

— anular a decisão impugnada;

— condenar o EUIPO nas despesas.

Fundamentos invocados

- Violação do artigo 7.º, n.º 1, alíneas b) e c), do Regulamento (UE) 2017/1001 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- Violação do artigo 95.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2017/1001 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Recurso interposto em 28 de Janeiro de 2019 — View/EUIPO (CREATE DELIGHTFUL HUMAN ENVIRONMENTS)**(Processo T-49/19)**

(2019/C 103/71)

*Língua em que o recurso foi interposto: inglês***Partes***Recorrente:* View, Inc. (Milpitas, Delaware, Estados Unidos) (representante: G. Tritton, Barrister)*Recorrido:* Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO)**Dados relativos à tramitação no EUIPO***Marca controvertida:* Registo internacional de marca que designa a União Europeia respeitante à marca nominativa CREATE DELIGHTFUL HUMAN ENVIRONMENTS — Pedido de registo que designa a União Europeia n.º 1 381 213*Decisão impugnada:* Decisão da Segunda Câmara de Recurso do EUIPO de 27 de novembro de 2018 no processo R 1625/2018-2**Pedidos**

A recorrente conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne:

- anular a decisão impugnada;
- condenar o EUIPO nas despesas da recorrente.

Fundamentos invocados

- Violação do artigo 7.º, n.º 1, alínea b) do Regulamento (UE) 2017/1001, do Parlamento Europeu e do Conselho;
- Violação do artigo 7.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2017/1001, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Recurso interposto em 28 de janeiro de 2019 — Casual Dreams/EUIPO — López Fernández (Dayaday)**(Processo T-50/19)**

(2019/C 103/72)

*Língua em que o recurso foi interposto: espanhol***Partes***Recorrente:* Casual Dreams, SLU (Manresa, Espanha) (representante: A. Tarí Lázaro, advogada)*Recorrido:* Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO)